

RELATÓRIO ANUAL 2008



RELATÓRIO ANUAL 2008

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2008 da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em novembro de 2008, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred completou 10 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2008, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred, obteve um resultado de R\$799 mil (Setecentos e noventa e nove mil) representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 19,6%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$5.682 mil (Cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil). Por sua vez a carteira de créditos representava R\$14.776 mil (Quatorze milhões setecentos e setenta e seis mil).

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimos	R\$ 14.211 mil	96,18%
Títulos Descontados	R\$ 565 mil	3,82%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/08 o percentual de 57% da carteira, no montante de R\$ 8.418 mil (Oito milhões quatrocentos e dezoito mil).

4. Captação

As captações, no total de R\$ 13.619 mil (Treze milhões seiscentos e dezenove mil), apresentou uma evolução em relação ao exercício anterior de 21,6%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$4.710 mil	34,59%
Depósitos a Prazo	R\$8.909 mil	65,41%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/08 o percentual de 41,6% da captação, no montante de R\$5.617 mil (Cinco milhões seiscentos e dezessete mil).

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred, era de R\$ 4.107 mil (Quatro milhões cento e sete mil). O quadro de associados era composto por 2.588 Cooperados, havendo um acréscimo de 15,6% em relação ao exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as

consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB ENGECCRED adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682, havendo uma concentração de 90,1% nos níveis de “A a C”.

7. Gerenciamento de Riscos

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno para os seus associados.

a) Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional do SICOOB ENGECCRED foi concebida em linha com o estabelecido pela resolução CMN 3.380/06, tendo por objetivo minimizar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos e, é composta pelo Conselho de administração, por uma Diretoria Executiva, pelo Agente de controle interno de risco – ACI e pelo Monitor de controle interno de risco.

Presentemente o principal instrumento de avaliação do risco operacional da SICOOB ENGECCRED e de suas filiadadas é o software específico denominado Sistema de Verificação de Conformidade – SVC.

A fiscalização da gestão do risco operacional é efetuada pela auditoria do Sicoob Central Cecremge.

A estrutura completa para gerenciamento do risco operacional esta disponível no site www.engecred.com.br.

b) Risco de Mercado

A alta administração do SICOOB ENGECCRED buscando atender as melhores práticas de gestão de risco de mercado e também as determinações da Resolução CMN 3.464/07 e a circular 3.354/07, definiu a estrutura organizacional requerida para sua implementação que é formada pelo Conselho de administração, pela Diretoria Executiva, pelo Agente de controle interno e de risco e pelo Monitor de controle interno de risco. O detalhamento desta estrutura esta disponível no site www.engecred.com.br.

O principal sistema informatizado para avaliação do risco de mercado do SICOOB ENGECCRED é o software denominado Mitra – Risco e Basileia II, fornecido pela empresa Luz Engenharia Financeira Ltda, em fase de implantação.

O acompanhamento das atividades do gerenciamento do risco de mercado será efetuado pelo Sicoob Central Cecremge.

8. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, tornando o diálogo aberto e direto com associados e usuários ainda mais decisivo na definição de estratégias de relacionamento.

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte - MG 31 de dezembro de 2008.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007		
(Em milhares de Reais)		
	2008	2007
ATIVO	20.423	14.766
CIRCULANTE	20.089	14.504
Disponibilidades	162	259
Relações Interfinanceiras	5.682	4.533
Operações de crédito	14.045	9.564
Adiantamento a Depositantes	61	46
Empréstimos	14.150	9.207
Títulos Descontados	565	695
(-) Provisão para crédito em liquidação	(731)	(384)
Outros créditos	186	133
Outros valores e bens	14	15
PERMANENTE	334	262
Investimentos	195	137
Imobilizado de uso	111	88
Imobilizações de Uso	196	164
Depreciação Acumulada	(85)	(76)
Diferido	28	37
Gastos de Organização e Expansão	51	137
Amortização Acumulada	(23)	(100)

Lucio Fernando Borges
Diretor Presidente

Antonio Dias Vieira
Diretor Financeiro

Isabel Cristina Leirosa Soares
Contadora - CRC MG-080119/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007		
(Em milhares de Reais)		
	2008	2007
PASSIVO	20.423	14.766
CIRCULANTE	16.346	12.025
DEPÓSITOS	13.619	11.196
Depósito a Vista	4.710	2.793
Depósito Sob Aviso Prévio	-	8.402
Depósitos a Prazo	8.905	1
Outros Depósitos	4	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.544	2
Recursos em Transito de Terceiros	-	2
Empréstimos País - Outras Inst.	1.544	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.183	827
Cobrança Arrec. de Tributos	8	-
Sociais e Estatutárias	105	97
Fiscais e Previdenciárias	33	259
Diversas	1.037	471
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.077	2.741
Cotas - País	2.446	1.526
(-) Capital a Realizar	(30)	(31)
Reserva Legal	862	762
Sobras ou Perdas Acumuladas	799	484

Lucio Fernando Borges
Diretor Presidente

Antônio Dias Vieira
Diretor Financeiro

Isabel Cristina Leirosa Soares
Contadora - CRC MG-080119/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região
Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007		
	Exercícios findos em:	
	31/12/2008	31/12/2007
RECEITA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.415	2.132
Rendas de operações de crédito	3.415	2.132
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.804)	(1.207)
Operações de captação	(1.106)	(879)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(44)	(8)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(654)	(320)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.611	925
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(601)	(288)
Receitas de prestação de serviço	229	179
Despesas com pessoal	(812)	(685)
Outras despesas administrativas	(676)	(417)
Despesas Tributárias	(21)	(21)
Outras receitas operacionais	795	703
Outras despesas operacionais	(116)	(47)
RESULTADO OPERACIONAL	1.010	637
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1)	(25)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	1.009	612
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(5)	(3)
SOBRA (PERDA) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.004	609
FATES - FUNDO DE RESERVA E OUTROS FUNDOS	(200)	(121)
FATES - ATOS NÃO COOPERATIVOS	(5)	(4)
SOBRAS OU PERDAS LIQUIDAS A DISP. DA A.G.O	799	484
QUANTIDADE DE QUOTAS DE CAPITAL	2.416	1.495
SOBRAS OU PERDAS POR COTA DE CAPITAL (R\$)	0,33	0,32

Lucio Fernando Borges
Diretor Presidente

Antônio Dias Vieira
Diretor Financeiro

Isabel Cristina Leirosa Soares
Contadora - CRC MG-080119/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMPL - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS		
	Realizado	(-) Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras e (perdas) acumuladas	Saldo Atual
Saldos em 31/12/2007	1.526	(31)	762	484	2.741
Integralização de Capital	508	1			509
Incorporação de Sobras ao Capital	448			(448)	0
Destinação de sobras em especie				(36)	(36)
Devolução de Capital	(36)				(36)
Sobras ou Perdas do exercício				1.004	1.004
FATES - Atos não cooperativos				(5)	(5)
Destinação das sobras:					
. Fundo de reserva			100	(100)	0
. FATES				(100)	(100)
Saldos em 31/12/2008	2.446	(30)	862	799	4.077
Mutações do exercício	920	1	100	315	1.336

Lucio Fernando Borges
Diretor Presidente

Antônio Dias Vieira
Diretor Financeiro

Isabel Cristina Leirosa Soares
Contadora - CRC MG-080119/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região
Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO	Exercício
	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social	1.004
Contas de resultado credoras	4.931
Contas de resultado devedoras	(3.927)
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	35
(Despesas de amortização)	10
(Despesas de depreciação)	25
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(212)
Relações interdependências	1.542
Operações de crédito	(4.481)
Outros créditos	(53)
Outros valores e bens	1
Depósitos	2.423
Outras obrigações	356
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	827
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
-	
Aquisição de investimentos	(58)
Aquisição de imobilizado de uso	(47)
Aplicação no diferido	(2)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(107)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
-	
Aumento de Capital Social	509
Redução de Capital Social	(36)
Destinação de sobras em espécie	(36)
Constituição do Exercício – FATES	(105)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	332
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	1.052
Variação Líquida das disponibilidades	1.052
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.792
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5.844

Lucio Fernando Borges
Diretor Presidente

Antônio Dias Vieira
Diretor Financeiro

Isabel Cristina Leirosa Soares
Contadora - CRC MG-080119/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 17 de novembro de 1997, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente do SICOOB - Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred possui Postos de Atendimento Cooperativo - PAC nas seguintes localidades:

PAC Ceará - Rua Ceará, 1584 loja3 - Savassi BH – MG

PAC Pampulha - Av. Antônio Carlos, 8.100 – loja110 Pampulha Mall – BH – MG

PAC Eldorado - Rua Hungria, 52 Bairro Novo Eldorado – Contagem

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades específicas, com a finalidade de fomentar a produção e a produtividade dos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito, bem como da difusão de informações técnicas que visem o aprimoramento da produção e qualidade de vida;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras, públicas e ou privadas bem como aplicações de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do cooperativismo nº 5.764/71, normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

b) Operações de crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados estão registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar.

A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução 2.682 do CMN, que determina a classificação das operações por nível de risco.

c) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

d) Investimentos

Os investimentos são avaliados ao custo de aquisição.

e) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na nota 07 que leva em consideração a vida útil econômica dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado não operacional.

f) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

g) Provisão para riscos tributários

As provisões são reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

O ingresso de operações com títulos e valores mobiliários é reconhecido em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que esse ingresso será apropriado à cooperativa.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

k) Alteração da legislação societária brasileira

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07 que entrou em vigor a partir do exercício 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Neste contexto, as seguintes atualizações normativas expedidas pelo CMN em 2008 foram consideradas na elaboração das demonstrações: a) demonstração do fluxo de caixa, em 2008 sem exigência da comparabilidade, b) divisão do ativo permanente em: investimentos, imobilizado, diferido e intangível, com mudanças nos critérios de registro e reconhecimento; c) mudanças relativas aos critérios de avaliação do ativo e do passivo, d) extinção da Reserva de Reavaliação, e) revisão dos conceitos de constituição da Reserva de Capital, Reserva de Lucros e Sobras/Perdas Acumuladas.

3. Relações interfinanceiras

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira do SICOOB CENTRAL CECREMGE, conforme determinado no artigo 33º da Resolução 3.442 do CMN, com remuneração atrelada ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

4. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred

Nível / Percentual de Risco / Situação			Emprést. / Tít. Desc. *	Total em 2008	Provisões 2008	Total em 2007	Provisões 2007
AA		Normal	-	-		3	
A	0.5%	Normal	9.186	9.186	46	7.137	36
B	1%	Normal	2.143	2.143	21	1.226	12
B	1%	Vencidas	335	335	3	40	0
C	3%	Normal	1.190	1.190	36	719	22
C	3%	Vencidas	457	457	14	317	10
D	10%	Normal	593	593	59	122	12
D	10%	Vencidas	169	169	17	30	3
E	30%	Normal	75	75	23	81	24
E	30%	Vencidas	82	82	25	7	2
F	50%	Normal	65	65	33	2	1
F	50%	Vencidas	21	21	11	5	3
G	70%	Normal	28	28	19	-	-
G	70%	Vencidas	23	23	16	-	-
H	100%	Normal	18	18	18	37	38
H	100%	Vencidas	391	391	391	223	223
Total Normal			13.298	13.298	255	9.327	145
Total Vencido			1.478	1.478	476	622	240
Total Geral			14.776	14.776	731	9.948	384
Provisões			-	731	(731)	(384)	
Total Líquido			14.045	14.045		9.564	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vencidas (dias):

Descrição	Até 30	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	De 181 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	4.424	3.034	1.353	925	1.064	690	11.490
Títulos Desc.	294	131	67	24	3		519
Total	4.718	3.165	1.420	949	1.067	690	12.009

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

Descrição	2008	2007
Saldo Inicial – 2008/2007	384	80
Constituições/Reversões no Exercício	654	321
Transferência/Reversões para Prejuízo no Exercício	(307)	(17)
Total	731	384

d) Concentração dos Principais Devedores

Descrição	2008	% Carteira Total	2007	% Carteira Total
Maior Devedor	680	5	393	4
10 Maiores Devedores	5.178	35	3.279	33
50 Maiores Devedores	11.890	80	8.004	80

e) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados

Descrição	2008	2007
Saldo Inicial – 2008/2007	647	634
Operações baixadas no período	303	20
Operações recuperadas no período	(105)	(7)
Total	845	647

5. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	2008	2007
Rendas a Receber	56	57
Devedores por Depósito e Garantia	69	63
Títulos e Créditos a Receber	1	-
Devedores Diversos	54	9
Diversos	6	4
Total	186	133

Através da Lei no. 11.051, de 30 de dezembro de 2.004, em seu artigo 30, as Cooperativas de Crédito ficaram dispensadas do recolhimento do PIS e da COFINS sobre os atos cooperativos.

Desta forma a Cooperativa, a partir da competência dezembro de 2004, deixou de depositar judicialmente o valor da contribuição do PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, passando a recolher junto a Secretaria da Receita Federal as contribuições para o PIS e a COFINS apenas sobre os atos não cooperativos.

A Cooperativa questiona judicialmente a legalidade destas contribuições, anteriores a dezembro de 2004, desta forma a mesma possui passivo constituído, em 31/12/08, referente à COFINS no montante de R\$ 158 mil (em 31/12/07 – 172 mil) e referente ao PIS em 31/12/08 R\$ 69 mil tendo por garantia, depósitos judiciais na data base o mesmo valor, em 31/12/07 o saldo depositado era de R\$63 mil.

6. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição de sobras efetuadas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE e aquisição de ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	2008	2007
SICOOB CENTRAL CECREMGE	140	97
BANCOOB	55	40
TOTAL	195	137

7. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	2008	2007
Móveis e Equipamentos	10%	45	29
Sistema de Processamento de Dados	20%	148	132
Sistemas de Comunicação	10%	3	3
TOTAL		196	164
Depreciação acumulada		(85)	(76)
TOTAL		111	88

8. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Os depósitos, até o limite de R\$60.000,00, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor de Depósitos, o qual é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas filiadas ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, regido por regulamento próprio.

9. Relações interfinanceiras/ Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades (art. 33, da Resolução CMN nº 3.442, de 28/02/07) e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	2008	2007
SICOOB CENTAL CECREMGE	0,12+CDI	15/01/2009	1.544	-

10. Obrigações sociais e estatutárias

Descrição	2008	2007
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	105	96
Cotas de capital a pagar	-	1
Total	105	97

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 10% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

11. Outras obrigações – Diversas

Descrição	2008	2007
Cheques administrativos (a)	298	3
Provisão para pagamentos a efetuar	99	49
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	5
Passivos contingentes (b)	227	-
Credores diversos (c)	413	414
Total	1.037	471

(a) Refere-se a cheques emitidos, porém não compensados até a data-base de 31/12/2008.

(b) Conforme composição a seguir:

Descrição	2008	2007
PIS	69	63
COFINS	158	172
Total	227	235

PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2004, referente ao PIS sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia. Quanto a COFINS a cooperativa registrou as correspondentes obrigações referente ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2004. Em 31/12/2008 com as alterações da Lei 11.638/07 a cooperativa registrou a atualização monetária do valor registrado da COFINS do período de janeiro de 2003 a novembro de 2004 no montante de R\$ 64 mil, e reverteu a provisão referente ao período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2002 no montante de R\$ 78 mil, em função do prazo de decadência do imposto. Em 2007 os valores pertinentes ao PIS e a COFINS encontravam-se registrados no grupo contábil de Fiscais e previdenciárias.

(c) Do saldo contábil registrado, o valor de R\$ 390 mil refere-se a um crédito recebido indevidamente pelo sistema de compensação de cheques e outros papéis e está sendo discutido judicialmente conforme processo em curso na 34ª vc da capital.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	2008	2007
Sobras /lucro líquido do exercício	1.004	609
Lucro líquido de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	5	4
Sobras líquidas. Base de cálculo das destinações	999	605
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	100	60
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	100	61
Sobras à disposição da Assembléia Geral	799	484

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades; O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

Destinação do Resultado - as sobras líquidas de cada exercício, após a constituição do Fundo de Reserva e do Fates, ficam submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

13. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

	1o. Semestre	2o. Semestre
Receitas Operacionais (no Período) -7.1.0.00.00.000	2.027	2.900
Receitas de atos não cooperativos (convênios, TIB, aplicação financeira em outras instituições)	40	49
Total Receitas de atos não cooperativos	40	49
Proporção Receitas de atos não cooperativos em relação as Receitas Operacionais cf PN CST 73/75	1,97%	1,69%
Total Despesas Operacionais no Período - 8.1.0.00.00.000	1.723	2.195
(-)Despesas com Cofins - atos não cooperativo	2	2
(-)Despesa com PIS - atos não cooperativo (Excluindo PIS sobre folha de pagamento)	-	-
(-)Despesa com ISS - (Quando pago sobre atos não cooperativos)	2	2
Total despesas (excluindo pis, cofins, iss pago sobre atos não cooperativo)	1.719	2.191
Proporção despesas com atos não cooperativos	34	37
Despesas com IRPJ - 8.9.4.10.00-6	1	1
Despesas com CSLL - 8.9.4.20.00-3	1	1
Despesas com Cofins - atos não cooperativo	2	2
Despesa com PIS - atos não cooperativo (Excluindo PIS sobre folha de pagamento)	-	-
Despesa com ISS - (Quando pago sobre atos não cooperativos)	2	2
Total despesa com atos não cooperativos	39	44
Resultado de atos não cooperativos a ser transferido para o FATES	-	5

14. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade, inclusive diretores e executivos da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por:

- Transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do BACEN, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Operações de Crédito	% Em relação à Carteira Total	Taxa Média - %
R\$ 13	0,09	2,20
Aplicações Financeiras	% Em relação à Carteira Total	Taxa Média - %
R\$ 847	6,22	1

15. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2008, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de valores de propriedade da cooperativa.

16. Composição dos Conselhos de Administração e Fiscal em Dezembro de 2008:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - MANDATO ATÉ A A.G.O DE 2010:

Antônio Dias Vieira - Conselheiro Efetivo; José Flávio Gomes – Conselheiro Efetivo; Lucio Fernando Borges – Conselheiro Efetivo; Gilson de Carvalho Queiroz Filho – Conselheiro Efetivo; Marylurdes Lana Reis – Conselheiro Efetivo; Abelardo Ribeiro de Novaes Filho – Conselheiro Suplente; Jorge Salum – Conselheiro Suplente; João Bosco Calais Filho – Conselheiro Suplente, Milton César Toledo de Sá – Conselheiro Suplente.

CONSELHO FISCAL – MANDATO ATÉ A A.G.O DE 2009:

Augusto César Santiago e Silva Pirassinunga – Conselheiro Efetivo; Carlos Moreira Mendes – Conselheiro Efetivo; Rubens Martins Moreira – Conselheiro Efetivo; Evaldo de Souza Lima – Conselheiro Suplente; Rodrigo de Siqueira Reis – Conselheiro Suplente; Tarcísio Pereira Valadares – Conselheiro Suplente.

RESPONSÁVEL PELA ÁREA CONTÁBIL:

Isabel Cristina Leirosa Soares – Contadora – CRC/MG – 080119/O-8

PARECER DE AUDITORIA

Aos Conselheiros, Diretores e Cooperados da
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS ENGENHEIROS DE BELO
HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE LTDA. – SICOOB
ENGEURED
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda.** levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado (sobras ou perdas), das mutações do patrimônio líquido, fluxo de caixa e as notas explicativas correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da cooperativa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da cooperativa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com as notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda.** em 31 de dezembro de 2008, e o resultado de suas operações referentes exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial e demonstração do resultado (sobras e perdas), sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 08 de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2.k) as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2009.



Rui de Assis Vasconcelos
Contador – MG 075505/O-3
CNAI 1915

Júlio César Toledo de Carvalho
Contador – MG 069.261/O
CNAI 1953